

CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CJR Nº 214/2015 fls. 1/3

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 214/2015

Projeto de Lei nº 163/2015

Dispõe sobre denominação da Rua 4 (quatro) do loteamento Parque Terras de Santa Maria, no Município de Hortolândia.

Autor: Vereador Edivaldo Sousa Araujo

Relator: Vereador Clodomiro Benedito Gonçalves

I – RELATÓRIO

Segue para análise da Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei nº 163/2015, de autoria do Nobre Vereador Edivaldo Sousa Araujo, dispondo sobre a denominação da Rua 4 (quatro) do loteamento Parque Terras de Santa Maria, no Município de Hortolândia, homenageando a memória de Maria do Carmo de Andrade.

A propositura em questão foi lida em Plenário na Sessão de 24 de novembro de 2015, e sua ementa publicada, na mesma data no Jornal Todo Dia, estando seu conteúdo disponível no site da Câmara Municipal, para cumprimento de publicidade e acompanhamento dos atos legislativos. Nesse período a propositura não recebeu emendas ou substitutivos.

Constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa concorrente, estando, desta forma, em condições de ser apreciado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Nesse sentido, os procedimentos considerados para efeito de elaboração legislativa constante da Lei Municipal nº 2.863, de 22 de outubro de 2013, que dispõe sobre as regras para denominação e alteração de denominação dos bairros, vias ou logradouros e próprios municipais, temos que:

Art. 5º Na escolha do nome de pessoa deve ser obedecidos os seguintes critérios: I – que a personalidade a ser homenageada seja pessoa falecida; II – que a pessoa



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CJR Nº 214/2015 fls. 2/3

tenha prestado serviços relevantes à Pátria, ao Estado, ao Município, a Sociedade, Comunidade ou à Humanidade, nos diversos campos do conhecimento humano, da política, da cultura, da educação, da saúde, do turismo, da agricultura, da indústria, do comércio e da filantropia; III – que a pessoa possua vínculo com o bairro, via ou logradouro, próprio municipal ou com a população circunvizinha; IV – que a pessoa não tenha sido condenada judicialmente por prática de crime doloso, conforme definido em lei. Parágrafo único. Quando a circunstância for relevante à identificação, poderá ainda ser adotado como denominação o apelido, alcunha ou pseudônimo do homenageado.

Art. 6º Para propor o projeto de lei de denominação do bairro, via ou logradouro e próprio municipal, devem ser apresentados os seguintes documentos: I - indicar o bairro, via ou logradouro e próprio municipal a ser denominada com referências para sua identificação; II - certidão de óbito do homenageado; III - justificativa da homenagem contendo o curriculum ou histórico do homenageado; IV - autorização dos familiares; V - mapa com a localização exata e informações expedidas pelo órgão municipal competente do Poder Executivo sobre a legalização, regularização e inscrição do objeto da denominação;

Quanto ao mérito, verifica-se que a homenageada foi pessoa honrada, trabalhadora, tem sido moradora no Município de Hortolândia por longos anos, tendo, inclusive, contribuído com o desenvolvimento da nossa cidade, que Maria do Carmo de Andrade, nascida em Jeremoabo BA, com 52 anos de idade, foi casada com Raimundo Francisco Caetano, deixando três filhos. Residente no Jardim Nossa Senhora Auxiliadora há 1 ano, mas tinha planos de residir no Bairro Parque Terras de Santa Maria, homenageada era



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER CJR Nº 214/2015 fls. 3/3


catolica, dedicada nas ações sociais em nosso Município, tem sua vida pautada pelo trabalho e honestidade, merecendo seu nome ser eternizado em nomeação de logradouro público.

Em conformidade com a pratica legislativa adotada para denominações de logradouros públicos, em conformidade com o disposto no Art. 6º, segue anexo ao Projeto a declaração de autorização de parentes, do Requerimento solicitando informações sobre denominação da rua em referência; resposta do Ofício GP nº 1518/2015, sobre a negativa de denominação, e juntada de croqui de localização do referido campo p; juntada de abaixo assinado de moradores: juntada de Certidão de Óbito de Maria do Carmo de Andrade destando em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar, observada apresentação de emenda.

Assim sendo, não havendo óbice legal, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n.º 163/2015, nos termos desse Relatório.

É o RELATÓRIO.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2015.


Clodomiro Benedito Gonçalves
Relator

Acompanham o voto do Relator os Vereadores:


Aparecido Antônio Meira
Membro


Regis Athanasio Bueno
Membro